



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

Relatórios Temáticos Finais

Cultura, Esporte e Lazer



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

Relatórios Temáticos Finais

Cultura, Esporte e Lazer

CULTURA

Cultura é um dos temas abordados no diagnóstico das atividades no Estado de São Paulo, em caderno preparado como subsídio para as discussões do Fórum São Paulo Século 21, promovido pela Assembléia Legislativa.

Como introdução, são apresentados uma série de conceitos que visam situar o trabalho no âmbito das discussões sobre a Cultura que ocorrem hoje no Brasil e no exterior, passando em seguida a tratar da presença dos equipamentos e atividades culturais nos municípios paulistas.

Inicialmente, o Grupo Temático foi unânime ao afirmar que a Cultura hoje está definitivamente incluída entre os direitos e deveres que se combinam no exercício da cidadania e de que o desenho de políticas culturais não pode ignorar as determinações constitucionais quando estabelecem que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a difusão das manifestações culturais”. Contou com a participação ativa do Movimento Negro, através da *Mostra Afro-Brasileira*, quando foi discutido o papel de “instrumento de resistência” desempenhado pela cultura na construção, ou reafirmação, da consciência coletiva.

Em seguida, o Grupo Temático analisou as informações extraídas dos dados obtidos pela sua Pesquisa Municipal Unificada – PMU de 1997, realizada pela Fundação Seade, reiterando a conclusão de que, assim como acontece na maioria dos estados brasileiros, também em São Paulo a Cultura ainda é tratada como questão secundária pela maioria das políticas públicas e até por certos segmentos da sociedade, ante a ordem hierárquica que premia as urgências de um país que ainda luta para garantir condições básicas de sobrevivência física aos seus habitantes.

Por outro lado, hoje é impossível não situar a Cultura, assim como qualquer outra questão de interesse nacional, no contexto inevitável da globalização. Ao

mesmo tempo, é necessário reconhecer que as questões culturais passaram a assumir caráter estratégico no processo paralelo de afirmação das identidades coletivas e dos sentimentos de pertencimento de cada comunidade ou de cada nação e no reconhecimento da diversidade como fator primordial e indissociado dessa nova universalidade acelerada pelos meios de comunicação.

DEFINIÇÃO E AÇÕES

Portanto, o maior desafio após o reconhecimento oficial do direito de produzir Cultura e de ter acesso aos bens culturais é a afirmação da diversidade cultural como elemento primordial do processo de construção de sociedades sustentáveis. O Grupo Temático assinalou a necessidade de identificar e valorizar a multiplicidade de manifestações culturais existentes no Estado de São Paulo, bem como a possibilidade de serem trabalhadas de forma integrada, no sentido de promovê-las como um conjunto diverso nos seus componentes, mas coeso.

Outra preocupação expressa pelo Grupo Temático refere-se a uma definição de Cultura que possa dar conta de toda sua abrangência sem ser restritiva nem elitista. O Caderno já havia assinalado que a abrangência indissociável da Cultura – definida como “tudo o que caracteriza uma população humana” – somada às suas características intrínsecas de relativismo, dinamismo e diversidade, tem colaborado para que se torne difícil, e sempre passível de discussões conceituais acaloradas, a eleição de prioridades e o planejamento de ações na área, acabando muitas vezes ou por limitar o campo de trabalho ou por ampliá-lo a ponto de inviabilizar muitos projetos.

Porém, se a Cultura não deixa de ser conhecimento no seu sentido mais amplo – “todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre a própria existência”–, ela inclui também as formas de expressão simbólica desse conhecimento através das

idéias, da construção de objetos, das práticas e rituais, que acabam por se tornar os focos privilegiados das políticas públicas.

Portanto, quando se tratou definir o conjunto de iniciativas que tivessem como objetivo promover a produção, a distribuição e o uso da Cultura, assim como a preservação e a divulgação do patrimônio histórico, o documento procurou identificar algumas linhas de ação para o estabelecimento de políticas e atribuições: formação/sensibilização (do público em geral e dos produtores e atores); tutela/subsídio/estímulo; promoção/difusão/divulgação/distribuição; pesquisa/documentação/inventário/mapeamento/reconhecimento; proteção/salvaguarda/preservação.

Uma dinâmica combinada destas ações poderia contemplar várias das recomendações apresentadas como conclusão pelo Grupo Temático: associar a recuperação de equipamentos culturais e a restauração de bens tombados à promoção de eventos, cursos, festas, visitas guiadas, rotas de turismo cultural, que os valorizasse e legitimasse; estimular o turismo cultural como alternativa de educação, valorização dos sítios histórico-culturais e criação de novas oportunidades de trabalho; associar o incentivo à produção de filmes e gravações à distribuição, à exibição e à defesa dos direitos autorais; criar centros culturais integrados a projetos de programação, formação e requalificação de quadros de funcionários, formação de público e de artistas.

Outras medidas foram ainda elencadas pelo Grupo Temático: facilitar o acesso aos equipamentos públicos a todos os cidadãos, inclusive àqueles portadores de deficiência física ou aos excluídos socialmente, além de promover a modernização e a conservação adequada destes equipamentos; planejar ações descentralizadas valorizando o município e a comunidade em projetos gerais; instituir os Fóruns Regionais para discussão permanente das questões culturais; melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Estado; integrar em rede as instituições públicas; atualizar a legislação concernente aos meios de comunicação; criar o Fundo Estadual da Cultura com gestão participativa; utilizar os Campus Universitários do

Estado e a TV Cultura como pólos irradiadores e de divulgação da produção cultural.

Dentre todas as ações culturais passíveis de serem propostas e implementadas, concluiu-se que a formação, entendida no seu sentido mais amplo e mais competente, impõe-se como prioritária. O Ministério da Educação nunca eliminou a Cultura de sua sigla (MEC), talvez porque tenha hesitado em dissociar do ensino a sua dimensão cultural. Grande desafio para as próximas décadas será conseguir implementar um projeto cultural e educacional voltado para a interdisciplinaridade, para a pesquisa e a informação, para o estímulo da inventividade e da criatividade, para a produção de diferentes expressões culturais, para a preservação do patrimônio cultural.

O objetivo final é proporcionar, a cada criança, a cada cidadão, a oportunidade de refletir sobre a sua realidade particular, de relacioná-la com as realidades de seu país e as realidades do mundo, e de transformá-las com seu trabalho. Ainda no contexto da globalização, essa seria a única ação eficaz na filtragem da carga cada vez maior de informação disponibilizada pelos meios de comunicação, evitando o seu consumo acrítico e indiscriminado, ou na identificação das armadilhas cada vez mais sofisticadas da indústria de cultura de massa, com seus “parques temáticos culturais” e “supermercados da cultura”.

FINANCIAMENTO

Outro ponto tratado pelo diagnóstico foi o financiamento dessas ações culturais, um dos principais desafios para as próximas décadas. Seu sucesso está intimamente ligado à articulação de redes, de parcerias responsáveis entre o Estado, a iniciativa privada, as organizações não-governamentais e as comunidades. Cabe aqui destacar alguns dados levantados na área da cultura: apenas uma média de 5,0% dos municípios paulistas, responsáveis por 7% da

população do Estado, participam de consórcios intermunicipais; 6% dos municípios firmaram convênios de cooperação técnica; 3% dos municípios, reunindo 6% da população do Estado, participaram de convênios com o setor privado.

O Estado não pode arcar sozinho com o ônus do financiamento da Cultura, mas precisa garantir seu papel de interlocutor das comunidades e das organizações e de promotor do debate, atuando e financiando diretamente a pesquisa, os projetos de formação, as manifestações experimentais ou de vanguarda, além de apontar as linhas gerais de investimento de maior interesse público para a iniciativa privada. Esta, por sua vez, utilizando-se dos benefícios das leis de isenção fiscal – federal, estadual e municipais – já começou a associar-se à promoção da Cultura, fato que poderá aumentar o dinamismo das produções e criar novos mercados e novas oportunidades de trabalho. Por fim, entre os dois, começam a trabalhar as organizações não-governamentais, já bem ativas na área de meio ambiente, que representam os interesses e direitos culturais da sociedade, atuando como operadoras, mediadoras ou parceiras em projetos de interesse da comunidade. As associações, consórcios e as mais diferentes modalidades de parcerias, tanto com o setor público como com o privado, deveriam ser estimuladas, apoiadas e orientadas, pois são o melhor caminho para se enfrentar com sucesso os inúmeros desafios lançados aqui.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

O Caderno levou ainda como contribuição ao Grupo Temático informações sobre os equipamentos culturais no Estado, que permitem dimensionar as lacunas, desigualdades e necessidades da população dos municípios e regiões. Foram utilizados os dados da Pesquisa Municipal Unificada – PMU 1997, que levanta informações em todas prefeituras municipais do Estado.

Os dados referentes aos municípios paulistas, podem ser considerados um primeiro e importante mapeamento da situação da Cultura no Estado de São Paulo.

Sua análise permite inúmeras considerações e reflexões sobre os principais desafios a serem enfrentados na área cultural nos próximos anos, sempre com o objetivo de assegurar os direitos culturais dos cidadãos paulistas.

Porém, essas reflexões não podem desconsiderar características intrínsecas da cultura, como relativismo, dinamismo e diversidade. Assim, nem sempre serão encontrados parâmetros técnicos ou recomendações, nacionais ou internacionais, para a distribuição e concentração de equipamentos e promoção de atividades nas diferentes áreas da cultura. Este fato está longe de diminuir a importância dos dados reunidos, apenas relativiza e especifica mais o campo de análise. Se é possível, por exemplo, afirmar com segurança que cada município deveria contar com pelo menos uma biblioteca pública (interessante observar que, de todos os equipamentos analisados é o mais presente nos municípios, ou seja, 76% do total), ou até encontrar parâmetros para sua implantação, já é mais difícil chegar a um número fixo desejável de bens tombados, de bandas, ou de grupos folclóricos por habitante de cada cidade.

O trabalho de diagnóstico constatou, além da carência de equipamentos no Estado, uma grande concentração dos equipamentos analisados (bibliotecas, centros culturais/casas de cultura, cinemas, museus e teatros) nas regiões com maior contingente populacional do Estado. Como exemplo, pode-se citar que 79% da população estadual reside em municípios que possuem centro cultural, ou cerca de 70% dos municípios com mais de 50 mil habitantes têm centros culturais. Se uma análise preliminar poderia concluir que a maior parte da população está atendida, não se pode deixar de considerar a má distribuição dos equipamentos em cada região e nas regiões entre elas (algumas se destacam pela sua carência, como a Região Administrativa de Registro) e a dificuldade de acesso, tanto físico como financeiro, a esses equipamentos. Sem entrar no mérito do estado de conservação de edifícios e acervos e da frequência e qualidade das atividades desenvolvidas.

Com relação às bibliotecas públicas, aquelas que viabilizam o acesso público ao livro, elas constituem o equipamento cultural presente no maior número de municípios: apenas 24% dos municípios paulistas não possuem uma biblioteca pública, neles residindo apenas 2% da população do Estado. Portanto, a frequência de bibliotecas é menor em municípios com até 10 mil habitantes: apenas cerca de 48,5% as possuem.

Sempre com o objetivo de democratizar o acesso ao livro e estimular a leitura – é sabido que mesmo com o crescimento do mercado editorial o consumo de livros não-didáticos no Brasil é de apenas 0,8 livro ao ano – a meta “uma biblioteca pública por município” pode ser considerada um grande desafio. Reconhecendo que o equipamento está ausente justamente nos municípios mais carentes – menores ou mais distantes dos grandes centros, justamente onde existe dificuldade de investir em infra-estrutura – não deveria ser desconsiderada a alternativa das bibliotecas volantes, que fazem circular acervos mínimos em veículos apropriados, procurando ainda integração com os programas nacionais de apoio às bibliotecas em implantação pelo MEC e pelo MinC.

A frequência com que se apresenta, esse equipamento sugere, ainda, uma avaliação da rede pública de bibliotecas, verificando a necessidade de modernização, de atualização de acervos, de treinamento de funcionários, além de integração com as bibliotecas públicas das unidades escolares, uma vez que 80% do público das bibliotecas públicas no Brasil é constituído de estudantes.

Já a ausência de salas de cinema em 89% dos municípios paulistas – apenas 65% da população do Estado tem acesso a cinemas em seus municípios de residência – é bem mais significativa e coloca um complexo desafio, maior do que a necessidade de aumentar a presença dos filmes brasileiros no circuito através de incentivos à produção cinematográfica. Nota-se, ainda, que os cinemas estão concentrados nas cidades maiores: 61% dos municípios com população entre 100 e 200 mil habitantes e 76% daqueles com mais de 200 mil habitantes contam com esse equipamento, a maior parte localizada em centros comerciais.

Observa-se que existe um número cada vez maior de salas de cinema recicladas em locais de culto ou supermercados e aquelas que resistem nem sempre conseguem manter a qualidade mínima de projeção. A concorrência com o vídeo e a televisão é desleal e desregulamentada, agravada ainda pelas dificuldades de distribuição. O desafio aqui diz respeito à formação: devolver ao público o acesso à cultura cinematográfica, que inclui sua identidade com a forma de exibição e fruição, e devolver a possibilidade de acesso aos ingressos, quer dizer, devolver platéia às salas de cinema. A demanda do público tende a aumentar a demanda por salas e a manutenção destas.

O mesmo desafio se repete para os teatros. Muitos deles foram obrigados a reduzir a frequência de apresentações para concentrar o público. Com o apoio das leis de incentivo em vigor, aumentaram o número e o leque de opções das montagens teatrais, modificando um pouco o quadro. Mas os espetáculos passam a disputar o calendário apertado dos equipamentos disponíveis nos grandes centros, insuficientes principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, apesar de 61,61% de seus municípios possuírem teatros, de longe o maior índice de concentração no Estado.

Além dos espetáculos itinerantes das companhias, não se pode deixar de assinalar que a representação teatral é a manifestação de arte cênica de maior tradição no país e até hoje a mais presente em todas as regiões, seja sob a forma de teatro popular, de bonecos, infantil ou clássico. Se 79,5% das cidades paulistas não possuem teatros, é preciso salientar que 70% da população paulista vive em cidades onde existe esse equipamento. A carência aumenta para 90% nos pequenos municípios com até 10 mil habitantes, onde as apresentações teatrais devem se dar de forma precária ou improvisada, representando uma importante demanda cultural por equipamentos.

A ausência de museus em 76% dos municípios paulistas representa em si um empecilho ao processo de construção de identidade das comunidades. Se a imobilidade das instituições poderia até então justificar a situação, hoje o quadro é

diferente. Com as mudanças conceituais da museografia, com o aparecimento de diferentes tipologias de museus e com a abertura a projetos educacionais de valorização e de divulgação dos acervos, a tendência é o afluxo crescente de público.

O desafio maior é representado pela atualização das estruturas existentes, aproximando-as dos novos conceitos, e pela criação de outras unidades nas regiões, segundo suas demandas e especificidades culturais, sempre pensando no museu enquanto uma alternativa ao mercado cultural – muito menos um local de acolhida de pacotes prontos de eventos para atrair grande público do que uma instituição que colabore na construção da identidade de cada comunidade. Entre os equipamentos analisados, esse é o menos presente em municípios com até 10 mil habitantes: pouco mais de 4% possuem museus.

Os centros culturais podem ser considerados o equipamento cultural mais adequado para implantação em cidades menores ou nos bairros periféricos dos grandes centros urbanos. Talvez por isso ele seja o equipamento mais encontrado em cidades com até 10 mil habitantes (16,5%), depois da biblioteca. Em um centro cultural, é possível reunir uma combinação de sala de biblioteca, sala de exposições, pequeno auditório, oficinas e ateliês, de acordo com as necessidades locais. Observa-se ainda nas cidades, uma interessante tendência de reciclagem de construções históricas para este fim, como antigas estações de estrada de ferro desativadas, galpões industriais ou casarões. Para efeito de avaliação desse equipamento, é preciso considerar ainda dois dados: 63% dos municípios paulistas ainda não contam com centros culturais e 79% da população de São Paulo reside em municípios que possuem centros culturais.

PATRIMÔNIO CULTURAL

O Patrimônio Cultural foi considerado um desafio à parte. Pode-se observar que os 312 bens tombados pelo Estado de São Paulo, através do seu órgão de

proteção, o Condephaat, concentram-se em 102 dos 645 municípios. Este fato está relacionado, em primeiro lugar, com os critérios de tombamento adotados e pela prioridade conferida à proteção de bens mais antigos, correndo maior risco de destruição. Mas também há uma relação direta com a situação do órgão de preservação, que não tem tido estrutura para conduzir um dos trabalhos mais importantes da área da preservação: o inventário de conhecimento. Previsto como uma das formas de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro pela Constituição de 1988, o inventário representa o maior desafio para o Estado e para os municípios que, através dele, poderão descobrir seu patrimônio, melhor desenhar seu perfil e sua própria identidade, decidindo *o que e como* preservar para as gerações futuras, a verdadeira e única *sustentabilidade* a ser perseguida nas ações previstas na área.

Por outro lado, a abertura conceitual em relação à abrangência do Patrimônio Cultural, também consolidada no texto da Constituição de 1988, amplia o leque de eleição do patrimônio merecedor de proteção, demandando novos instrumentos legais. A tendência é a modificação da situação atual, quando se observa que a maior parte do patrimônio protegido pelo Estado concentra-se nas regiões de ocupação mais antiga – Litoral, Vale do Paraíba e Região Metropolitana de São Paulo –, além das regiões de Campinas e Sorocaba. Também possibilita situar certas manifestações do folclore, festas como o Carnaval ou mesmo as bandas tradicionais, no âmbito mais abrangente do Patrimônio Cultural, criando as condições necessárias para que possam continuar vivas nos seus locais de origem. Importante notar que também as manifestações de folclore, presentes em apenas 19% das cidades paulistas, são encontradas em 77% das cidades da região do Vale do Paraíba, porcentagem muito superior àquela de regiões mais novas do Estado, como Presidente Prudente, onde apenas 3% dos municípios contam com esse tipo de manifestação.

Cabe ainda citar os dados que apontam a existência de proteção municipal para o patrimônio em apenas 15% dos municípios paulistas, que concentram 58%

da população do Estado, estando os mesmos localizados nas áreas onde os órgãos de preservação estadual e federal estão mais presentes.

O aprofundamento dessas questões pode levar à definição de uma política de defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico, afinada com a realidade cultural e as reivindicações das diferentes regiões, que venha a reger a atuação do Condephaat, outra reivindicação do Grupo Temático.

ESPORTE E LAZER

diagnóstico referente ao tema Esporte e Lazer no Estado de São Paulo, desenvolvido para o Fórum São Paulo Século 21, promovido pela Assembléia Legislativa, foi estruturado segundo três grandes linhas:

- a divisão da responsabilidade entre o setor público e o setor privado;
- o papel do Esporte e do Lazer na sociabilidade dos grupos;
- instalações esportivas e de lazer.

Esta estrutura conferida ao trabalho foi confirmada como básica pelas discussões e proposições do Grupo Temático que abordou as questões das áreas, ressaltando-se a importância do Esporte e do Lazer como instrumentos de integração social, fatores decisivos para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, em geral, e para o desenvolvimento de cada indivíduo, em particular.

Além de os investimentos em Esporte e Lazer significarem economia significativa nos gastos em saúde, segurança, justiça e promoção social, o documento concluiu que, hoje, ambos podem ser considerados como atividades econômicas, gerando empregos diretos e indiretos e movimentando recursos significativos. A ampliação, especialização e diversificação do mercado de trabalho no campo das atividades físicas e esportivas, bem como das atividades ligadas ao

lazer, reforçam a necessidade de capacitação de recursos humanos, para além daquela restrita à formação de quadros para o atendimento educacional.

RESPONSABILIDADE

A divisão de responsabilidades entre o setor público e o setor privado na área do Esporte, considerado o caráter eminentemente social da atividade esportiva, foi ressaltada no diagnóstico. A atribuição do Estado é estabelecer as políticas gerais de atuação e as regras de parceria com o setor privado, atuando no sentido da democratização do Esporte. Cada cidadão deve ter garantido seu direito constitucional de acesso às práticas desportivas, colocando-se o desporto educacional como principal destinatário dos recursos públicos na área.

A responsabilidade do Estado e a conseqüente destinação de recursos compreendem ainda, conforme estipula o Decreto nº 2.574/98 que regulamenta a Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé): capacitação de recursos humanos, apoio a projetos de pesquisa, proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional, documentação e informação, apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho no momento do seu desligamento da atividade esportiva, apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiências. Além da construção e manutenção de infraestrutura básica e de equipamentos.

Ao setor privado corresponde a responsabilidade pela manutenção do desporto de rendimento. Trata-se de um segmento que está profissionalizado e cujos atletas de destaque nos cenários nacional e internacional podem despertar o interesse de patrocinadores.

Nesse âmbito geral, algumas propostas objetivas foram levantadas no Grupo Temático, como a criação de uma Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte. O documento

menciona como referência a Lei nº 7.752/89 (Lei Thame), revogada no início do governo Collor. A Lei Pelé estabelece ainda condições para a destinação de recursos da Loteria Esportiva Federal para o Esporte. De qualquer forma, vale lembrar que o Esporte vem sendo transformado em produto de marketing, do chamado marketing esportivo, constituindo elemento de disputa de audiência de emissoras de televisão, fato que aumenta o potencial de patrocínio dos eventos e atletas.

Além de alavancar o Esporte de rendimento, uma lei de incentivo estimularia a parceria com o setor privado também nas áreas consideradas prioritárias para o investimento público, como a de formação e capacitação de recursos humanos e a de promoção e estímulo à prática esportiva como alternativa ao sedentarismo e como forma de preenchimento do tempo ocioso, particularmente em regiões mais carentes de recursos e estrutura, com problemas sociais graves. A parceria pode ainda ser importante na viabilização de eventos que incentivem as práticas esportivas, como jogos intermunicipais e regionais, olimpíadas estudantis, entre outros.

Também foram propostas no Grupo Temático campanhas de mobilização da sociedade, como, por exemplo, aquelas que visam a “adoção” ou patrocínio de jovens atletas ou o apoio ao Esporte voltado às pessoas portadoras de deficiências, nos moldes da campanha do município de São Paulo – “Adote um Atleta” – ou da campanha da Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo – “Projeto Futuro”.

As entidades privadas, clubes esportivos, clubes sociais, universidades, faculdades e associações não se limitaram ao papel de parceiros no financiamento de atividades e levaram também até o Grupo Temático sua reivindicação de participar da discussão para o estabelecimento de um planejamento anual integrado de atividades, de formulação de políticas de incentivo e de valorização das atividades esportivas.

PAPEL DO ESPORTE

O segundo ponto abordado pelo trabalho trata do Esporte como componente fundamental para a sociabilidade de grupos, sejam estes organizados por faixa etária, categoria profissional, ou por outra característica específica de seus componentes. Ressalta-se sua importância na formação dos jovens e crianças, tanto por seu caráter educativo e recreativo quanto por sua relevância no desenvolvimento físico e mental.

A escola é considerada como a base do desenvolvimento do Esporte, e o Esporte educacional prioridade na destinação de recursos públicos. Entretanto, ainda existe carência na implantação do Esporte para além da educação física na grade curricular do ensino público. Mesmo a educação física, parte integrante do currículo oficial, não consegue estar presente em todas as escolas. Privilegiar a prática esportiva e oferecer o aprendizado alternativo de diferentes modalidades de esporte nas escolas são práticas adotadas em diversos países, que têm se revelado fundamentais no planejamento de educação e saúde, além de forjarem equipes e atletas competitivos para os grandes eventos esportivos internacionais. A recente criação dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física, após a regulamentação da profissão, valorizou os profissionais da área, tendendo a melhorar sua qualificação e a impulsionar o preenchimento de vagas nas escolas públicas.

O Esporte comunitário – ou desporto de participação, como também é conhecido –, praticado de forma voluntária, também desempenha um papel importante, contribuindo para a saúde, a educação e a integração social dos jovens e crianças.

O Grupo Temático enfatizou, acatando o diagnóstico, a importância do Esporte educacional na formação dos jovens e apontou a necessidade de recuperação do aparelhamento e dos equipamentos esportivos das escolas públicas, estaduais e

municipais, além da formação técnica e requalificação dos professores de Educação Física da rede pública de ensino.

Outra proposta apresentada foi a abertura dos estabelecimentos escolares da rede pública nos feriados e fins de semana, a fim de disponibilizar sua infraestrutura ociosa para a prática esportiva, de preferência no âmbito de programas de incentivo ao Esporte e com orientação adequada. Considerou-se que, muitas vezes, as comunidades afastam-se do esporte por não dispor de orientação técnica e de locais apropriados para sua prática. Em um segundo momento, o programa poderia incluir clubes, associações ou igrejas, que pudessem oferecer espaços ou coordenar atividades para serem desenvolvidas em áreas públicas como praças, ruas e bairros.

Apesar de reconhecer no seu documento que o Esporte não é a atividade física mais recomendada para o idoso, o documento reuniu pareceres de especialistas que recomendam uma atividade física permanente e moderada como condição para a boa saúde e bem-estar da terceira idade. Deve-se considerar que estas atividades representam também importante fator de recreação e integração social.

Com o progresso da ciência e da medicina, está previsto um considerável aumento na idade média da vida do ser humano, tornando-se necessário prever programas e espaços apropriados para o atendimento da terceira idade. Se não são necessários grandes investimentos em equipamentos esportivos para atender a esta faixa etária da população, no que diz respeito às atividades esportivas apropriadas ao seu bem-estar, o idoso tem maior dificuldade de locomoção, sendo desejável a multiplicação de pequenos centros e associações locais para o desenvolvimento de atividades.

Consideradas as informações oferecidas, o Grupo Temático apresentou, para a faixa da terceira idade, a proposta de implantação de um projeto denominado Universidade da Vida, que consiste na inscrição de pessoas na chamada “melhor idade” em atividades coletivas monitoradas e mais apropriadas, como caminhadas,

dança, hidroginástica, ioga, peteca, entre outras. Paralelamente, seriam realizados controles periódicos, com a aplicação de exames para verificar as condições gerais de saúde, medindo taxa de glicemia e aferindo tensão arterial.

Outro grupo bastante específico nas suas necessidades, no que se refere às atividades esportivas, é aquele constituído por pessoas portadoras de deficiências. O diagnóstico chamou a atenção para a importância do Esporte como fator de recuperação física e integração social do deficiente, principalmente considerando seu grau de marginalização na sociedade e a dificuldade de acesso a estruturas e equipamentos especializados. Assinala-se a necessidade de políticas públicas voltadas para a implementação de programas, tendo em vista que as principais iniciativas de atendimento ao deficiente estão ainda hoje nas mãos da iniciativa privada.

Quanto à atividade física do trabalhador, considerado aqui sob a ótica da organização sindical e do seu local de trabalho, observou-se a necessidade de os sindicatos e o poder público darem maior atenção ao incentivo às suas atividades esportivas, inclusive dotando as sedes de sindicatos de melhor infra-estrutura para a prática de esportes. Além de promover atividades esportivas que propiciem uma maior integração das diversas categorias.

Outro fator apontado como desejável no diagnóstico é a disseminação de programas de atividades físicas compensatórias nos próprios locais de trabalho, prática bastante difundida em diversos países e com ótimos resultados. O trabalhador é orientado na realização de exercícios físicos – antes, durante ou depois da jornada diária – para compensar posturas forçadas ou esforços físicos continuados decorrentes da atividade que desempenham. Além de contribuir para a saúde e o bem-estar do trabalhador, esta prática aumenta a produtividade.

Finalmente, o documento tratou do Esporte de rendimento, modalidade de natureza formal, praticado de maneira organizada, que persegue a excelência e que tem na conquista do resultado positivo seu objetivo final.

A responsabilidade pela base de formação desse esportista varia de país para país. No Brasil, ela é atribuição dos clubes particulares, agora identificados pela legislação como “entidades de prática desportiva”. Na medida em que, por força de lei, o Esporte de rendimento é atribuição do setor privado, torna-se mais difícil a intervenção do poder público, inclusive na regulamentação do setor, que tem apresentado problemas de organização e de conduta. De qualquer forma, o setor público pode propor ações para a democratização da prática esportiva, aumentando a base de praticantes e, conseqüentemente, a emergência de talentos.

As entidades regionais de administração do desporto (federações esportivas estaduais), as entidades nacionais de administração do desporto (confederações esportivas), as ligas regionais e nacionais, o Comitê Paralímpico e o Comitê Brasileiro (COB), juntamente com as entidades de prática desportiva, compõem o Sistema Nacional do Desporto, que tem como finalidade aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

O Grupo Temático acolheu pedido de apoio logístico ao basquete de base, seus eventos e promoções de iniciativa da Federação Paulista de Basquete, que deve ser estendido a propostas análogas de outras entidades. Acolheu também a proposta de criação dos Conselhos Estadual e Municipal de Esporte e Lazer.

INSTALAÇÕES

Foi realizado ainda um levantamento sobre a presença de nove tipos de instalações esportivas públicas existentes no Estado de São Paulo, que são equipamentos oferecidos pelo Estado como infra-estrutura para o desenvolvimento das práticas esportivas. Segundo as informações disponibilizadas em 1997 pela Pesquisa Municipal Unificada – PMU, pesquisa realizada periodicamente pela Fundação Seade junto às prefeituras de todos os municípios paulistas:

- 176 municípios não possuem Estádio Esportivo Público (totalizando 2,4 milhões de habitantes);

- 186 municípios não dispõem de Ginásio Esportivo Público (totalizando 1,1 milhão de habitantes);
- 436 municípios não têm Quadra Poliesportiva Público Coberta (totalizando 10 milhões de habitantes);
- 271 municípios não possuem Quadra Poliesportiva Pública Descoberta (totalizando 4,8 milhões de habitantes);
- 205 municípios não têm Campo Público de Futebol (totalizando 3,6 milhões de habitantes);
- 399 municípios não dispõem de Piscina Olímpica Pública (totalizando 20 milhões de habitantes);
- 387 municípios não têm Piscina Semiolímpica Pública (totalizando 9,2 milhões de habitantes);
- 581 municípios não possuem Quadra de Tênis Pública (totalizando 18,4 milhões de habitantes);
- 477 municípios não dispõem de Pista Pública de Atletismo (totalizando 11,9 milhões de habitantes).

Vale mencionar ainda que 250 municípios paulistas (correspondendo a um contingente populacional de 4 milhões de pessoas) não possuem qualquer projeto esportivo, ou seja, não planejam nem gerenciam suas atividades esportivas. Através da comparação destes com os mapas de distribuição dos mesmos equipamentos por região e por município do Estado, levando em conta ainda a população e a renda dos municípios, além da existência e localização de pólos regionais, será possível estabelecer políticas públicas para a democratização dos equipamentos, uma das condições para o crescimento do esporte no Estado.

Como preâmbulo para tratar das três linhas básicas para o Lazer (a divisão da responsabilidade entre o setor público e o setor privado; o papel do Lazer na sociabilidade dos grupos; equipamentos e instalações), o diagnóstico definiu Lazer como uma atividade que procura preencher, de forma agradável, o tempo livre do indivíduo.

O Lazer é uma necessidade de todas as classes sociais e um direito de todos os cidadãos. A Constituição estabelece que o poder público incentivará o Lazer como forma de promoção social. Suas diversas identidades e posturas levam a confundir o Lazer, muitas vezes, com as atividades que o incorporam: cultura, esporte e turismo. Uma determinada atividade pode ou não ser considerada como de Lazer, dependendo das condições em que é praticada, como o futebol, que pode ser considerado uma atividade profissional ou de recreação.

No Brasil, a responsabilidade pelo Lazer está mais concentrada no setor privado do que no setor público. Por se tratar de atividade econômica tradicionalmente mais rentável do que o esporte, por exemplo, os investimentos privados acabam por se tornar responsáveis pela maior parte dos equipamentos destinados ao Lazer esportivo (estádios, clubes), ao Lazer cultural (teatros, cinemas, casas de espetáculos), ao Lazer turístico (rede hoteleira, meios de transporte, recintos de eventos, parques temáticos), além da programação dos veículos de comunicação (rádio e televisão).

Considerando que nem todas as atividades e equipamentos de Lazer são acessíveis aos segmentos sociais mais carentes, cabe ao Estado, como prevê a Constituição Federal, identificar e suprir as carências do setor com iniciativas que promovam a construção de equipamentos, bem como a promoção de festas e eventos.

O mesmo diagnóstico também estabeleceu o papel do Lazer na sociabilidade dos grupos, identificando o Lazer de massa, o Lazer esportivo e o Lazer cultural.

O Lazer de massa está voltado para o consumo do grande público, com forte significado social principalmente nos eventos de caráter interativo, como maratonas ou caminhadas populares, campeonatos colegiais, jogos abertos ou regionais, concursos nas diferentes áreas de artes, festivais, bailes, entre outros.

O Lazer esportivo identifica-se com as práticas esportivas, seja para quem o pratica como amador ou para os espectadores e torcedores.

O Lazer cultural abrange toda produção cultural que não tenha caráter profissional, além do conjunto de visitantes e espectadores. Múltiplas são as manifestações de Lazer cultural, como a leitura de um livro, a visita a um museu, a ida a uma audição musical ou a um espetáculo de dança.

O Grupo Temático acolheu representantes das áreas de rodeios e capoeira que apresentaram projetos específicos. Além de possuírem um caráter de entretenimento, esses projetos propõem-se a desempenhar um papel de integração social em comunidades carentes. O diagnóstico igualmente disponibilizou a informação de que 390 municípios paulistas promovem ou patrocinam festas de peão de boiadeiro, não estando as mesmas necessariamente vinculadas às raízes culturais dessas localidades, mas tendo boa acolhida nas comunidades.